

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE  
MATO GROSSO – CAMPUS VÁRZEA GRANDE  
DEPARTAMENTO DE ENSINO  
CURSO SUPERIOR TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

EVILLYN EMANUELLE PEREIRA SILVA  
FRANCIANY D CÁSSIA RODRIGUES TIMÓTEO  
JESSÉ DO NASCIMENTO DE ALMEIDA

**REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA CÂMARA DE  
VEREADORES DE VÁRZEA GRANDE**

Várzea Grande - MT

2023

EVILLYN EMANUELLE PEREIRA SILVA  
FRANCIANY D CÁSSIA RODRIGUES TIMÓTEO  
JESSÉ DO NASCIMENTO DE ALMEIDA

**REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA CÂMARA DE  
VEREADORES DE VÁRZEA GRANDE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador (a): Nilmara Meireles Fonseca

Várzea Grande-MT

2023

### Dados internacionais de catalogação na fonte

S586r Silva, Evillyn Emanuelle Pereira  
Representatividade Feminina na Câmara de Vereadores de Várzea Grande /  
Evillyn Emanuelle Pereira Silva; Franciany D Cássia Rodrigues Timóteo; Jessé do  
Nascimento de Almeida – Varzea Grande – MT, 2023.  
33 f. : il. color.

Orientador(a) Nilmara Meireles Fonseca  
TCC (Graduação). (VGD - Tecnologia em Gestão Pública) – Instituto Federal de  
Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Campus Várzea Grande, 2023.  
Bibliografia incluída

1. Representatividade Feminina. Política.. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



**Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso**

**EVILLYN EMANUELLE PEREIRA SILVA  
FRANCIANY D CÁSSIA RODRIGUES TIMÓTEO  
JESSÉ DO NASCIMENTO DE ALMEIDA**

**REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA CÂMARA DE VEREADORES DE VÁRZEA GRANDE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso Tecnólogo em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso Campus Várzea Grande como pré-requisito para a obtenção do Grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 12 de Dezembro de 2023.

Prof. Me. Nilmara Meireles Fonseca

(IFMT/VGD) - Orientador

Tec<sup>a</sup> Me. Cristiane Guse Fronza

(IFMT/VGD) - Avaliadora

Prof<sup>a</sup> Rosana Aparecida de Andrade Silva

(IFMT/VGD) – Avaliadora

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nilmara Meireles Fonseca, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 19/12/2023 12:04:04.
- **Cristiane Guse Fronza, JORNALISTA**, em 19/12/2023 12:15:20.
- **Rosana Aparecida de Andrade Silva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 19/12/2023 14:06:06.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 19/12/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 630265

Código de Autenticação: 8e3ad7bdee



Formulário 164/2023 - VGD-ENS/VGD-DG/CVGD/RTR/IFMT

## RESUMO

Ao longo do processo construtivo tanto da política quanto da democracia brasileira alguns autores que abordamos nesta pesquisa apontam as barreiras que propiciaram o afastamento das mulheres neste processo e com base nestas análises ao longo do tempo se pode observar os efeitos pois, mesmo após 80 anos que as mulheres adquiriram o direito a serem candidatas se nota uma ínfima representatividade feminina tanto no pleito quanto como eleitas nas três esferas político eleitorais brasileira. Com base em levantamentos esta pesquisa tem como objetivo geral apresentar a relevância e os caminhos a serem trilhados para uma maior representatividade na Câmara de Vereadores de Várzea Grande em Mato Grosso. Nesta, no mandato 2021-2024, dos 21 representantes eleitos, somente três são mulheres, sendo assim representando 14,28% do total de membros, o que torna possível a identificação clara da baixa representatividade de mulheres na ocupação de cargos decisórios. A metodologia utilizada foi a de pesquisa-ação que faz associação com uma ação e resolução de um problema, diante disso o processo de intervenção realizou-se a partir de um ciclo de informações divulgadas em rede social (*instragram*) com a intenção de difundir a temática. A análise de redes sociais, foi fundamental para a coleta de dados, pois através de relatórios disponibilizados nas plataformas, foi possível mensurar o quantitativo de pessoas atingidas por meio das interações de comentários, curtidas e compartilhamentos, e distinguir entre gênero, faixa etária e região. O resultado da pesquisa é a desconstrução de que a política legislativa é somente para representantes masculinos e que é um processo inalcançável as mulheres, identificando que houve uma grande disseminação da importância da mulher à frente de cargos decisórios e políticos.

**Palavras-chave:** Representatividade feminina. Política. Igualdade. Câmara de Vereadores

## ABSTRACT

Throughout the constructive process of both politics and Brazilian democracy, some authors that we approach in this research point out the barriers that led to the exclusion of women in this process and based on these analyzes over time, the effects can be observed because, even after 80 years that women acquired the right to be candidates and there is a minimal female representation both in the election and as elected representatives in the three Brazilian political electoral spheres. Based on surveys, this research has the general objective of presenting the relevance and paths to be taken towards greater representation in the Várzea Grande City Council in Mato Grosso. In this, in the 2021-2024 mandate, of the 21 elected representatives,

only three are women, representing 14.28% of the total number of members, which makes it possible to clearly identify the low representation of women in decision-making positions. The methodology used was action research, which is associated with an action and the resolution of a problem. Therefore, the intervention process was carried out based on a cycle of information disseminated on a social network (Instagram) with the intention of spreading awareness. The analysis of social networks was fundamental for data collection, as through reports made available on the platforms, it was possible to measure the number of people reached through interactions of comments, likes and shares, and distinguish between gender, age group and region. The result of the research is the deconstruction that legislative politics is only for male representatives and that it is a process that is unattainable for women, identifying that there has been a great dissemination of the importance of women at the head of decision-making and political positions.

**Keywords:** Female representation. Policy. Equality. City Council.

## 1 INTRODUÇÃO

Observa-se que no decorrer dos anos os debates e discussões sobre a representatividade feminina em espaços políticos vem tomando forma, relevância e força levando em consideração que o gênero feminino corresponde a 51,5% da população brasileira segundo dados do IBGE (2021), porém somente 15% destas são representadas em cargos do Legislativo.

Ao longo da história política e social se vê que os espaços políticos tendem a ser predominantemente ocupados e dominados por homens, que visando não perderem os privilégios que esses espaços os proporcionam acabam segregando o restante da sociedade como negros, mulheres, indígenas, LGBTQIA+ dentre outros grupos que mesmos em quantidade superior são vistos e tidos como minorias em espaços de tomada de decisões importantes (Gitirana; Kreuz, 2020).

A representatividade, segundo Norberto Bobbio em seu diário de política, é a expressão dos interesses de um grupo na figura de um representante que fala em nome do coletivo comprometido com as demandas e necessidades do representado. Assim surge determinados grupos com o intuito de construir uma identidade e subjetividade se organizando em movimentos identitários.

Assim, a representatividade feminina é um resultado da luta das mulheres desde os primórdios em relação a maior participação em diferentes cenários do cotidiano.

Os movimentos feministas foram a força propulsora para mudanças no cenário político

iniciando pela luta do direito ao voto, Kate Sheppard foi uma das responsáveis por alavancar esse processo, no século XIX ela conseguiu reunir a assinatura de 32 mil mulheres da Nova Zelândia para que o parlamento local aprovasse o direito ao voto a elas, assim o país se tornou o primeiro a reconhecer o voto feminino.

No Brasil, Alzira Soriano, moradora do estado de Rio Grande do Norte, candidatou-se em 1929 ao cargo de prefeita do município de Lajes e ganhou, tornando-se a primeira mulher eleita no país a um cargo político. Porém somente em 24 de fevereiro de 1932 as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto por meio do Decreto 21.076, do presidente Getúlio Vargas, que instituiu o Código Eleitoral.

A partir de então, muitas outras leis foram criadas com a intenção de inserir as mulheres no meio político, como a que garantiu a porcentagem de gêneros em cada partido, sendo no mínimo 30% e o máximo de 70% de candidaturas para cada sexo de acordo com o Art. 10 da Lei Nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (BRASIL, 1997).

Mesmo com todas as conquistas há uma disparidade na ocupação dos espaços por gênero. Está que por sua vez pode ser observada no cenário político mato-grossense e no município de Várzea Grande, objeto de estudo desta pesquisa, no cargo de deputada estadual há uma mulher, apenas Janaina Riva (MDB) sendo ela a primeira a receber o maior número de votos ao parlamento estadual, bem como a ocupar o cargo de vice-presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (Biênio 2019/2020); a nível municipal podemos identificar esse desequilíbrio em números nas eleições de 2020, segundo o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, de 489 candidaturas para o cargo de vereador somente 172 eram mulheres e apenas três foram eleitas sendo elas; Professora Eucaris, Rosy Prado e Gisa Barros.

Levando em consideração as informações apresentadas anteriormente se apresenta a problemática deste estudo: como incentivar a representatividade feminina na câmara legislativa de Várzea Grande. A indagação surge da inquietação de conhecer a trajetória destas mulheres e assim inspirar e incentivar que mais mulheres busquem ocupar os espaços de poder político no município de Várzea Grande.

Nesse contexto, o trabalho mostra a importância da representação da mulher inserida na política brasileira, a fim de que se crie um incentivo maior, visto que ainda é baixo o número de mulheres no legislativo pela falta da disseminação de informações que despertem interesse das mesmas.

Visando responder a problemática do estudo visamos como objetivo geral: apresentar para a população feminina de Várzea Grande a relevância e os passos para a ocupação dos espaços políticos.

E para atingir o objetivo geral teremos como suporte os seguintes objetivos específicos: aludir o panorama da representatividade feminina na câmara dos vereadores nos últimos quatro



mandatos; criar um ciclo de informações através da rede social *instagram* sobre a relevância e os caminhos a serem trilhados para conseguir uma cadeira na câmara e disponibilizar via redes sociais (*instagram* e *youtube*) o material informativo gerado nesta pesquisa.

Para a realização, o trabalho utilizará a metodologia da pesquisa-ação, com o meio de intervenção que se utiliza através do método da análise de redes sociais, que irá difundir a temática por meio da realização de um ciclo de informações, trazendo figuras da política várzea-grandense como as vereadoras em mandato que irão compartilhar sua história de caminhada política e mostrar ao público feminino quais são os meios a se seguir para ocupar esse espaço, bem como as dificuldades enfrentadas, como ocorre as eleições e escolha de partido.

A questão da baixa representatividade feminina é uma realidade a nível mundial, pois as mulheres continuam sendo sub-representadas nos espaços decisórios, sendo assim, essa pesquisa justifica-se pela importância de alavancar e propagar a discussão da temática, buscando a compreensão do papel da mulher com a política no exercício da sua cidadania e, incentivar e inspirar mais mulheres a se interessarem sobre a vida política.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 A representatividade feminina nos espaços políticos**

A presença da mulher foi, muitas vezes, ignorada em várias sociedades pelo mundo todo, em culturas e tradições que sustentavam a figura feminina como inferior tanto fisicamente como intelectualmente, sendo vista apenas como responsável pelo lar, marido e filhos.

Com o passar do tempo, a insatisfação com a submissão e o interesse pela liberdade, impulsionou muitas mulheres a participarem de diversas lutas em favor da igualdade de gênero e ao direito ao voto, pois a falta desses direitos impedia que elas conquistassem as capacidades jurídicas e sociais, por exemplo, a educação, o divórcio e propriedades em seu nome.

O sufrágio universal, representou a vitória das mulheres pelo reconhecimento da sua cidadania, por meio de representantes dos movimentos feministas que se organizaram na luta pelos seus direitos (ALVES, Branca, 2019). Com base nessa ótica a mulher já entra como submissa ao homem, tendo em vista que os espaços políticos se constroem como espaços masculinos o que leva a marginalização das minorias que fazem parte de outros grupos sociais como as mulheres.

No que tange o cenário brasileiro, houve desde o século XIX, diversas reformulações no sistema eleitoral, porém nenhuma mudança foi realizada. No século XX, o movimento sufragista foi promovido por diversos debates que defendiam o voto para as mulheres.

A professora Leolinda Daltro foi a principal organizadora do movimento sufragista brasileiro, sendo ela a responsável por fundar o Partido Republicano feminino em 1910

(ALVES, 1980). Desde então, muitas outras organizações e movimentos foram criados a fim de pressionar com diversos debates, passeatas e protestos em prol do direito de votar.

No entanto, mesmo que pautado na Constituição Federal de 1988 o reconhecimento das mulheres como sujeitos da democratização do regime político brasileiro há um grande precipício entre o reconhecimento e a efetividade dessa representatividade ao levar em consideração que apenas anos depois o voto realmente foi reconhecido como direito de fato, pode-se ver a seguir.

No âmbito federal a conquista ao voto se deu com o código eleitoral provisório de 1932, através do Decreto nº 21.076 do Governo Provisório de Getúlio Vargas que previa que seria eleitor o cidadão maior de 21 anos sem distinção de sexo (MARQUES, 2019).

E em 1934 o direito ao voto foi incorporado na Constituição, mas até 1965 o voto era facultativo, após este ano ele se tornou obrigatório, neste meio tempo houve a eleição de algumas deputadas estaduais, em 1976 da primeira senadora e a primeira vereadora no Brasil foi em 1935 no Espírito Santo.

O estado de Mato Grosso teve sua primeira vereadora em 1910 pelo município de Cuiabá e em 1957 o município de Várzea Grande elege sua primeira vereadora.

De 1957 a 2023 durante esses 66 anos com 16 pleitos eleitorais, o município Várzea Grande elegeu apenas 13 mulheres ao longo deste período, com base nestas informações pode-se observar a sub representatividade feminina na câmara de vereadores do município.

Conquistar o direito ao voto não efetiva a representatividade feminina nos espaços de decisão política levando em consideração que de acordo com o IBGE (2021) as mulheres representam a maioria na população cerca 51,5%, ao observar os últimos pleitos eleitorais pelo país ainda há uma baixa representatividade das mesmas no eleitorado brasileiro.

Mesmo com a criação de leis que buscam promover uma maior inserção da participação feminina na política brasileira, as objeções permaneceram, seja pela vasta desigualdade na sociedade e na política advindo de culturas machistas e reprodução de valores patriarcais que reproduzem um modelo de educação onde o homem ocupa funções e espaços diferentes das mulheres.

O direito ao voto pode ser visto como meio da emancipação feminina para a ocupação dos espaços para além do direito a “escolher os representantes”, passa-se buscar pelo direito de serem candidatas.

Dentre diversas políticas públicas de incentivo temos a Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) que garante a porcentagem de cota de mulheres nos partidos políticos com o intuito de romper a desigualdade entre homens e mulheres na representação política, porém na prática a lei não garante de fato uma representatividade, mas sim o direito de concorrer às vagas no parlamento.

A legislação brasileira de cotas é, para dizer o mínimo, tímida. Em primeiro lugar, não há reserva de cadeiras no Parlamento, mas apenas de vagas de candidatura. Ficam de fora todos os cargos preenchidos por eleição majoritária, bem como aqueles “de confiança”, isto é, os escalões preenchidos por critérios políticos no Executivo. A porcentagem fixada (20%, ampliada para 25% pela Lei nº 9504/97, que prevê 30% para as próximas eleições) está bem abaixo da desejada paridade entre os sexos. E os partidos não são sequer obrigados a preencher efetivamente as vagas, podendo deixá-las (no todo ou em parte) ociosas. (MIGUEL, 2000, p. 99).

A lacuna entre mulheres e homens é evidente na democracia brasileira. Observando a formação das câmaras de vereadores, assembleias legislativas e a câmara dos deputados, as mulheres são pouco representadas.

Com a conquista do voto e o reconhecimento em todo território nacional, um número maior de mulheres conseguiu participar ativamente da vida política, porém isso não significou uma igualdade de gênero, ainda se presencia um aspecto patriarcal nos espaços políticos.

A Lei 13.165 de 2015, destinada a incentivar a participação feminina no processo eleitoral estabelecendo patamares de “no mínimo 5% e no máximo 15% do montante do Fundo Partidário destinado ao financiamento das campanhas eleitorais para aplicação nas campanhas de suas candidatas”, corresponde a um dos incentivos a participação, porém mesmo com diversas políticas criadas com a intenção de incentivar a maior participação das mulheres na política brasileira, o poder legislativo ainda é composto majoritariamente por homens, o que se pode verificar que no Brasil, o problema da baixa representatividade ainda não foi solucionado.

Na análise do ranking mundial de participação das mulheres nos parlamentos, elaborado pela União Interparlamentar (UIP) em parceria com a ONU Mulheres, dentre os 189 países analisados no ano de 2021, o Brasil se encontra na 144ª posição, compreendendo assim que as cotas de candidatura apesar de ser fundamental para efetiva participação feminina no legislativo, ainda não resolvem o problema da baixa representatividade feminina na política Brasileira.

A sub representatividade feminina é um problema com motivações profundas de um período de marginalização das mulheres, o que se faz necessário a criação e adoção de mecanismos que realizem uma mudança efetiva nesse cenário.

## **2.2 A Câmara como lugar de Representatividade**

Como já é de conhecimento público a Câmara Municipal, que é formada por vereadores, é a responsável por fazer as leis do município e assim traz a explicação de como o poder legislativo tem grande influência no município e em diversos cenários políticos.

É encontrado pelas mulheres muitas dificuldades para conseguirem se colocar como lugar de fala ativa nestes cenários políticos, e o debate sobre a representatividade ainda se

encontra muito distante do objetivo final desejado, assim fazendo com que se haja entendimento da parte da sociedade sobre a importância desta problemática.

Apesar de representarem mais da metade da população e eleitorado brasileiro, as mulheres ainda são minorias na política, trazendo o Brasil como um dos piores países neste quesito, terceiro lugar na América Latina em menor representação parlamentar. (BRASIL, 2021).

A baixa representatividade feminina traz consequências como a inserção baixa de mulheres em políticas públicas e projetos que beneficiem o grupo feminino. Com um número maior de representatividade no âmbito legislativo pode-se garantir um número maior de efetividade para esse grupo majoritário.

### **2.3 As mulheres no legislativo municipal**

No município de Várzea Grande no Estado de Mato Grosso, no ano de 2020 nas eleições para cargo de vereador, o total de candidaturas foi de 489 candidatos sendo somente 31 % mulheres e destes somente três delas foram eleitas ao cargo, a partir daí identificasse a participação como representação, tornando está excludente.

Mulheres hodiernamente se tem jornadas triplas, sendo mães, trabalhadoras e donas de casa assim estando as mesmas submetidas às diversas questões sociais de plena importância para a sociedade.

Como mulheres que estão sujeitas a cuidar do orçamento de casa, compras e educação dos filhos não são consideradas como peças importantes nestes órgãos na gestão de problemas cotidianos? Com os olhos de sensibilidade é entendível que elas irão encontrar soluções aos problemas. (BRASIL, 2004).

As mulheres com seu olhar sensível fazem com que as políticas públicas elaboradas sejam eficientes e saiam do papel assim representando o melhor interesse do público feminino visto que sabem as necessidades que se tem no dia a dia nos âmbitos de representatividade, saúde da mulher, economia, estrutura, educação, transporte etc.

Houve um ligeiro aumento entre 2016 e 2020 no número de vereadoras nas câmaras municipais, mas o número ainda é pequeno comparado com o número do eleitorado brasileiro.

O jornal O Globo traz como dados que em 18 capitais, das 25, houve o aumento da quantidade de mulheres eleitas para a Câmara Municipal no cargo de vereadoras, nesta função elas representam, legislam e fiscalizam assim fazendo com que a lei esteja em vigor a todo instante e que as políticas públicas sejam propostas para melhor andamento da sociedade e deste público que mesmo sendo o eleitorado com número predominante ainda assim sofre com o descaso de desigualdade na sociedade.

Na Câmara Municipal de Várzea Grande há um histórico que traz dados que comprovam os baixos números de mulheres eleitas nesse cargo, conforme tabela abaixo:

**Tabela 1:** Percentual de mulheres vereadoras na Câmara Municipal de Várzea Grande

Ano	Candidaturas de mulheres	Vagas para vereadores	Mulheres eleitas	% na câmara
2008	47	13	1	7,69
2012	109	21	2	9,52
2016	104	21	1	4,76
2020	172	21	3	14,28

**Fonte:** Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Com base nestes dados pode-se observar que mesmo que o número tenha aumentado ao decorrer das eleições o percentual de ocupação das mulheres ainda é muito baixo onde o adequado seria ao menos 50% de ocupação assim trazendo uma igualdade de gêneros, acelerando o desenvolvimento sustentável e saudável da sociedade.

#### 2.4 A relevância da ocupação dos espaços

A sub-representação feminina na política reforça a desigualdade de gênero existente no país e ignora as principais necessidades enfrentadas pelas mulheres fazendo com que suas vozes não sejam ouvidas, além de afetar negativamente o desenvolvimento da sociedade.

A mulher inserida na política traz uma percepção diferente que pode auxiliar na construção de uma sociedade mais igualitária.

Compreendem de forma única os desafios que enfrentam e podem usar de suas experiências para abordar essa questão de uma forma mais eficiente, principalmente no desenvolvimento e fortalecimento de políticas públicas ligadas a violência doméstica, igualdade salarial, desenvolvimento e capacitação profissional, combate à discriminação, igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nos cargos de decisão, por exemplo.

A presença delas na política inspira e incentiva outras mulheres a buscarem estar em cargos de liderança. A ex-presidente chilena Michelle Bachelet, destaca que ``quando uma mulher entra na política, muda a mulher. Quando muitas entram, muda a política. ``

Dessa forma, é essencial que elas entendam primeiramente por onde devem começar para iniciar sua vida política, pois muitas ainda não têm o conhecimento claro de como funciona o legislativo bem como suas funções, cargos, candidatura e pós candidatura.

## 2.5 Os passos de como ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores

O processo eleitoral inicia-se com a pré-campanha, onde o candidato precisa mostrar ao eleitor quem ele é, o que pensa e o que pretende fazer.

Para concorrer às eleições é necessário cumprir alguns requisitos: ter nacionalidade brasileira, estar no pleno exercício de seus direitos políticos, filiada em algum partido, possuir título de eleitor com domínio onde pretende concorrer, ter idade mínima de 18 anos para vereadora (BRASIL, CF 1988).

Dessa forma, durante a campanha, a pré-candidata precisa ter uma comunicação com seus eleitores e divulgar sua candidatura participando de entrevistas, programas, debates, encontros, congressos e outros meios, a fim de apresentar os projetos políticos, planos de governo, políticas públicas, buscando ter visibilidade no partido para que seu nome seja escolhido nas convenções partidárias.

O vereador é aquele que orienta o caminho, sendo a ligação entre o povo e o governo. É um representante do Poder Legislativo do município sendo eleito a cada quatro anos e reeleito mais uma vez. É responsável por atender as necessidades da população, elaborar as leis do município e acompanhar as ações do Executivo verificando se estão sendo cumpridas as metas do governo. Tem a responsabilidade de propor normas ligadas a diferentes temas da cidade, como por exemplo, educação e saneamento e ouvir os seus eleitores para propor e aprovar pedidos na Câmara Municipal.

O vereador também tem a função de representar o povo defendendo seus interesses e planejando melhorias ao município através de projetos de lei que serão debatidos nas sessões plenárias e nas comissões. Levanta debates sobre questões ligadas ao meio ambiente, saúde, educação, limpeza e segurança pública. Cria propostas legislativas de acordo com a necessidade da população do município e fiscaliza o poder executivo no cumprimento das leis e na aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, mulheres em espaços decisórios é de extrema importância, no caso em questão, uma vereadora, uma vez que carrega junto ao cargo um sentimento de poder, luta e conquista muito almejado pelas mulheres, incentiva as mesmas a quererem estar à frente de decisões públicas e faz uma ligação com população feminina do município com as necessidades sociais do público feminino, como segurança pública e feminicídio por exemplo; trazendo um olhar mais sensível ao problema em questão.

### 3 METODOLOGIA

A estratégia metodológica utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, com base no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), será a pesquisa-ação. Essa metodologia compreende as causas de uma situação com foco em resolver os problemas identificados na pesquisa a partir de uma ação que será apresentada com a intenção de produzir mudanças ou possíveis soluções. Entre as diversas definições possíveis, daremos a seguinte:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLENT, 1986, p.14).

Com base na ação apresentada, a metodologia-empírica também será desenvolvida, esse método tem a finalidade de atender às diversas perspectivas da sociedade, agrupar informações e utilizar comprovações práticas que irão oferecer suporte para sustentar a teoria elaborada durante a pesquisa.

Para evidenciar na prática o estudo, será utilizado um suporte através da metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS), trata-se de métodos e medidas estatísticas para mapear as configurações das redes sociais apresentando as conexões entre os indivíduos e a ampliação dos recursos da metodologia fundamentada através de um apoio teórico do campo de pesquisa, mediante a instrumentos audiovisuais na aplicação da ação.

Na execução da ação, o meio de comunicação, *instagram*, será fundamental para desenvolver o objetivo de disseminar a temática. Por meio dela, será feita a divulgação da temática, interação com o público-alvo, sendo possível realizar o compartilhamento de vídeos e fotos que possam gerar um maior engajamento do conteúdo.

Na coleta de dados, a ARS faz a combinação de metodologias quantitativas e qualitativas para o estudo das redes sociais: a abordagem quantitativa foca no relacionamento e objetividade das relações possibilitando mapear o fluxo da informação, os padrões de comunicação e a percepção dos indivíduos.

Por meio das redes utilizadas na pesquisa, será possível realizar uma análise através de interações de curtidas, comentários, compartilhamentos e gerar um relatório demonstrando as características dos seguidores, o quantitativo de pessoas, localização ao qual se encontram, faixa etária e gênero; já abordagem qualitativa, investiga o cotidiano e preceitos assim trazendo como os relacionamentos nas redes sociais se desenvolvem (MARTELETO e TOMAÉL, 2005, p.81-83); desse modo, com o relatório de interação das redes, é possível identificar respostas e possíveis teorias para o problema da pesquisa.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa se fundamenta inicialmente com base no arcabouço teórico e dados secundários levantados que pode identificar baixa representatividade feminina nas casas legislativas do Brasil, e como alvo de estudo, o presente trabalho vislumbrou dar ênfase na câmara de vereadores de Várzea Grande, onde foi identificado que, no último pleito (2020), de 21 vereadores eleitos no município, somente três são mulheres sendo as eleitas, Rosy Prado, Eucaris Arruda e Gisa Barros.

Levando essas informações em consideração foi válido fomentar um debate sobre a temática. Para tal, inicialmente realizou-se uma roda de conversa com a Dr(a) em sociologia e militante em defesa dos direitos humanos e ativista pelos direitos das mulheres, Christiany Regina Fonseca, tendo como convidados os alunos e alunas do curso de Gestão Pública do IFMT campus Várzea Grande, onde a mesma relatou um pouco sobre a baixa representatividade feminina no Brasil, a evolução tardia da participação da mulher em sociedade, a conquista ao voto, a lei de cotas, candidaturas laranjas e a importância de mulheres a frente dos cargos políticos para a formulação de políticas públicas voltadas para a população feminina e outros.

Figura 1 - Roda de conversa alunos IFMT



Fonte: De autoria da pesquisa, 2023.

Durante o debate, houve uma provocação enfatizando a participação da mulher na



política, com a intenção de fazer com que os discentes compreendessem a importância do desenvolvimento da mulher em sociedade, dessa forma, levantou-se algumas dúvidas por meio dos discentes sobre o motivo pelo qual existem poucas mulheres em cargos políticos, a diferença salarial entre homens e mulheres e as candidaturas laranjas, realizaram as seguintes perguntas:

1- Por que as mulheres votam a maioria em homens?

Onde a palestrante Dr(a) Christiany enfatizou que as mulheres não votam a maioria em homens, acontece que as candidaturas femininas não são divulgadas e financiadas assim como as masculinas, fazendo com que os candidatos se sobressaem nas eleições, sendo mais vistos, enquanto as mulheres acabam por não conseguirem apoio para levantar vozes em prol da sua candidatura.

2- Por que as mulheres não tem o incentivo de assumir cargos de liderança?

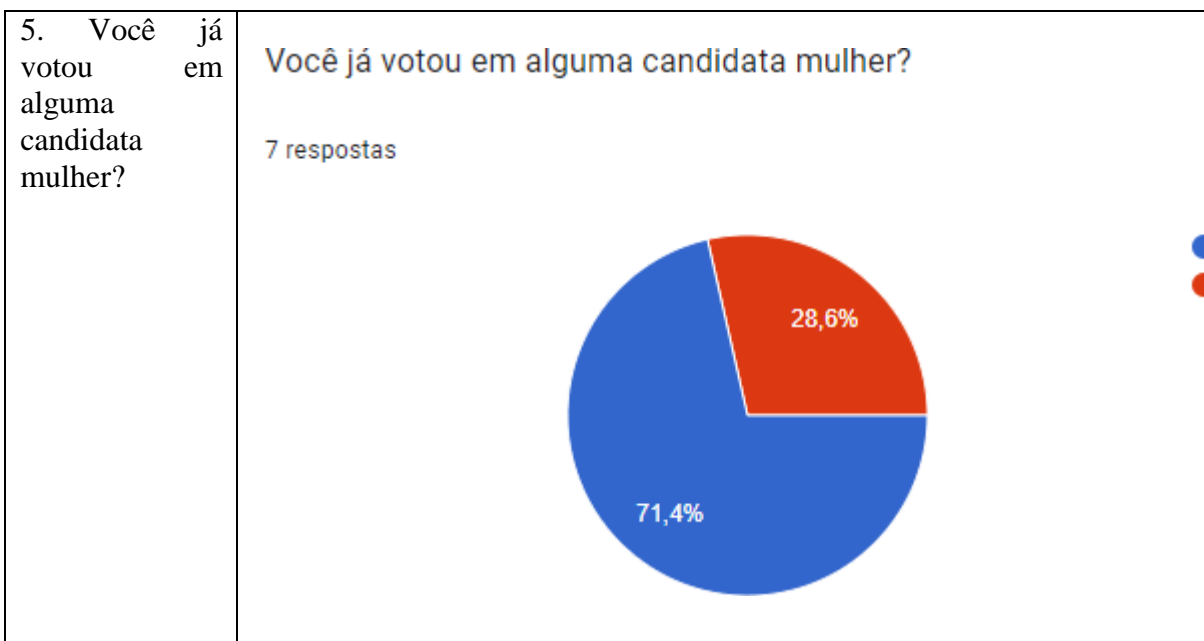
Através de perguntas como essas foi possível compartilhar ideias e pensamentos e analisar a opinião dos alunos participantes.

Ao final da discussão foi aplicado um formulário de questões aos alunos com a intenção de identificar uma melhor forma de difundir o assunto da representatividade da mulher na sociedade, foram realizadas as seguintes perguntas:

Tabela 2: Formulário de perguntas

1. De acordo com a palestra, o que você absorveu sobre a representatividade feminina na política brasileira?	Resposta 1: De fato um tema deveras polêmico pois a luta para a garantia dos direitos das mulheres é muito recente e num país onde há traços do colonialismo é muito complicado conscientizar as mulheres pois as mesmas se sentem muito coagidas). No entanto a palestra foi de muito proveitosa pois demonstrou que existem mulheres que ainda lutam pelos seus direitos.
-	Resposta 2: Infelizmente a quantidade de mulheres nessa área é pouco em relação a sua quantidade mulheres no Brasil e também teriam grande diferença se a política brasileira você feita por mais mulheres.
2. De acordo com a palestrante Dra. Christiany Fonseca, as mulheres representam 52% da população brasileira,	Resposta 1: Primeiro pelo machismo estrutural, além claro de as mulheres desempenharem um papel fundamental na família e este papel de alguma forma sobrecarrega a mesma, não dando espaço para se alocar em carreiras políticas ou ações.

<p>porém, somente 15% delas ocupam cargos políticos no nosso país. Na sua opinião, qual o motivo desses números serem tão baixos?</p>	
-	<p>Resposta 2: São vários fatores e vários casos podem ser citados, mas creio que o fato ocorre devido à falta de oportunidade pela simples característica de serem mulheres. E são inúmeros exemplos que podem derrubar isso por terra.</p>
<p>3. Na sua opinião, quanto maior forem os números de mulheres criando e debatendo políticas públicas voltadas ao público feminino, maior será a efetividade dessas políticas?</p>	<p>Resposta 1: Sim, quanto mais for debatido assuntos de política para o envolvimento da mulher, mais provável o percentual de mulheres na política aumentar.</p>
-	<p>Resposta 2: Sim, mas ressalvo que sem a conscientização das mulheres sobre essas políticas públicas não terá o efeito esperado.</p>
<p>4. Na sua opinião, o que contribuiria para que houvesse uma maior participação feminina na política do nosso país?</p>	<p>Resposta 1: Conscientizar essas mulheres mostrando a elas que as mesmas tem poder de decidir a sua própria vida.</p>
-	<p>Resposta 2: As próprias mulheres compreender que são importantes na política e realmente querer ocupar os cargos que desejarem.</p>



Observa-se, através das respectivas respostas, que o grupo pesquisado percebe que a disseminação de informações sobre o meio político, fará com que mais mulheres tenham conhecimento, se sintam incentivadas e se interessem em participar da vida política.

Por meio deste retorno, criou-se na plataforma *instagram* (rede social) um perfil chamado Gestão Feminina com o intuito de trazer informações sobre o papel feminino na política, através de publicações e interações com o público afim de que esses compartilhamentos chegassem a um maior número de mulheres possíveis.

A seguir apresentaremos alguns dados sobre o perfil e seu alcance durante o tempo de vigência da pesquisa.

Figura 2 - Perfil Instagram

gestao\_femini  
na

Editar perfil Ver Itens Arquivados Ferramentas para anúncios

14 publicações 140 seguidores 27 seguindo

Elas no Legislativo - # PODCAST A HISTÓRIA DA GESTÃO FEMININA

Empreendedor(a)

- Mulheres Empoderadas
- Gestão Pública feita por mulheres
- Incentivando mulheres a participarem dos espaços de Poder e Decisão

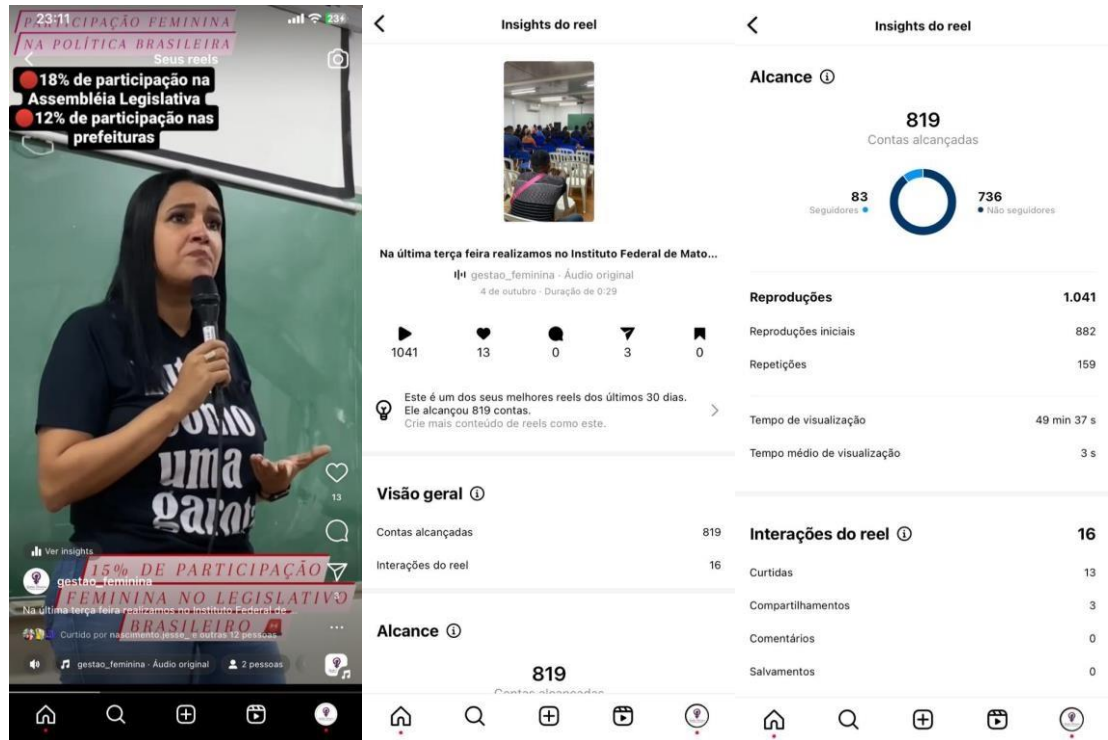
87 contas alcançadas nos últimos 30 dias. Ver insights

Elas na história Novo

PUBLICAÇÕES REELS SALVOS MARCADOS

Fonte: Instagram, 2023.

Figura 3 - Insights publicação



Fonte: Instagram,2023.

Apresentou-se durante o período 25 de agosto de 2023 até 16 de outubro de 2023 publicações informativas sobre política e mulher, bem como o conceito de representatividade feminina e a porcentagem da ocupação de mulheres no legislativo brasileiro, o dia destinado a celebrar a conquista do voto feminino e a importância dessa data.

Emmeline Pankhurst, a propulsora do movimento sufragista na Inglaterra, também teve uma publicação dedicada a sua história, e os principais incentivos a conquista ao sufrágio feminino ao redor de todo mundo.

Logo, trouxe as primeiras mulheres que alcançaram cargos de liderança no Brasil, as vereadoras do município de Várzea Grande, a importância da mulher para as políticas públicas e um bate papo com as vereadoras em pleito da Câmara Municipal de Várzea Grande, onde as mesmas contam um pouco da sua trajetória política, suas dificuldades, os anseios, projetos e dicas para as futuras mulheres participantes da política brasileira, ao qual foi publicado por meio de vídeo.

Dessa forma, através de dados coletados pela plataforma com auxílio da metodologia de análise de rede sociais, foi possível mensurar o quantitativo do público alcançado, a região predominante e faixa etária.

Figura 4 - Contas alcançadas



A partir da imagem acima, pode-se visualizar a quantidade de contas alcançadas através das publicações, sendo um total de 1.442 contas e a publicação com maior engajamento de público são os vídeos.

Figura 5 - Cidades e faixa etárias



Fonte: Instagram, 2023.

Em seguida, a plataforma nos permite quantificar a região de maior predominância do conteúdo, respectivamente Cuiabá e Várzea Grande – MT, e a faixa etária do público alcançado, predominando de 25 a 34 anos.

Figura 6 - Porcentagem de gênero



Fonte: Instagram, 2023.

Através deste último parâmetro podemos identificar que, entre o total de contas alcançadas pelas publicações na rede (1442), 78% do público atingido foram mulheres entre 25 a 34 anos de idade, da região de Cuiabá e Várzea Grande.

Pode-se entender então, através desse estudo, pesquisa e mensuração de resultados, que assuntos ligados a representatividade da mulher na sociedade e meio político, ainda nos dias atuais, é pouco discutido, visto que as mulheres não possuem uma fonte de acesso a informação dinâmica e acessível.

As redes sociais como o maior aliado na promoção de informações de forma rápida e exclusiva é uma maneira eficaz de gerar conhecimento e dessa forma atrair uma grande quantidade de público sem limitações, principalmente aqueles específicos, como nesse caso as mulheres e a política.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

E durante a pesquisa sobre a temática aqui tratada, é possível observar que as opiniões, ainda que leigas, formadas pela estrutura social onde de forma majoritária é exposta por homens forjam crítica que mulheres não se fazem presente no cenário político, porém este trabalho traz o contexto histórico do porque não se fazem presente mesmo que ainda não seja compreendido hodiernamente.

Pode-se observar durante estudos, palestras e entrevistas que está trajetória ainda é precária para o público feminino, por falta de conhecimento, apoio financeiro, familiar e da sociedade. Tudo isto é consequência de uma sociedade patriarcal que ainda mantém a cultura passada por seus ancestrais de colocar a mulher em lugar de submissão e não ter direitos a escolhas e opiniões. Ao ser colocada nessa posição, as mulheres da atualidade por muitas vezes tem receios ou não se sentem motivadas a ocupar lugares onde tomarão decisões e serão expostas como líderes.

São as alegações “populares”<sup>1</sup> citadas anteriormente que com base nos dados apresentados redarguir a problemática exposta sobre a carência de participação feminina na política, se tornou possível tecer ao longo dessa pesquisa que, a ligação de enfrentamentos sociais, como por exemplo, o patriarcado, dificulta a inserção de mais mulheres no campo político. Portanto, é fundamental que haja uma maior valorização e incentivo de debates sobre o tema, viabilizando a participação feminina como parte essencial para a construção de uma sociedade igualitária.

Os objetivos do estudo foram atendidos, quanto ao objetivo geral criou-se um material áudio visual disponibilizado nas redes sociais que apresenta as vereadoras do município suas histórias, informações que detalham os passos burocráticos para se tornar candidata, sobre a campanha, sobre a posse e as atividades nas funções do cargo.

A apresentação dos dados do número de vereadores por gênero do município de Várzea Grande nos últimos quatro mandados atendeu o primeiro objetivo específico e com base nestes dados se pode observar a baixa representatividade feminina, assim concitando a problemática e objetivo geral do estudo.

Com base no levantamento realizado para o primeiro objetivo, gerou-se matérias informativas que foram disponibilizados nas redes sociais atingindo número significativo de acessos e contas, dentre estes sendo majoritariamente acessos e contas do gênero feminino.

---

<sup>1</sup> Aspas colocadas pelo autor

Considerando o intuito do estudo de atingir o máximo de mulheres possível, os materiais gerados na pesquisa continuarão sendo disponibilizados em redes sociais gratuitas, assim continuamente informando, capacitando e emponderando mais mulheres. Com isso há possibilidades de mais mulheres buscarem ocupar os espaços políticos e de tomada de decisão.

A pesquisa bibliográfica e de dados aponta as barreiras geradas ao longo do processo de formação político brasileira para a participação das mulheres na constituição política de nosso país. Ao longo do estudo também se pode observar a criação de direitos e leis que visam uma maior abertura para a participação de mulheres no meio político.

Não deixam de ser válidas e louváveis estas iniciativas que por muito são respostas a lutas feministas, no entanto, se nota a necessidade de semear para as mulheres e entre mulheres sua capacidade e habilidade para ocuparem espaços de tomada de decisão que transformam vidas no meio político iniciando sua jornada pelo poder legislativo de seu município.

As atuais vereadoras de Várzea Grande possuem uma capacidade inenarrável de empoderar e mentorar mulheres, assim alavancando a representatividade feminina na câmara de vereadores.

Como inspiração este material sugere três benesses, 1ª a criação de uma escola de noções básicas sobre a política brasileira pela câmara de vereadores, 2ª um projeto de processo eleitoral e 3ª uma mentoria para mulheres sobre política e processo eleitoral.

Albergando Sarita Baracat, deixamos aqui a fala da mesma durante a campanha em que se tornou a primeira vereadora de Várzea Grande “Eu não tinha herança política, mesmo assim sentia vontade de ajudar as pessoas”.

Que todas as mulheres se sintam no direito e poder de fazer parte da política de nosso município e alçar voos para outras esferas políticas, estamos aqui para te apoiar

## REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira. **A luta das sufragistas**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-63.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.p. 95

BRASIL. Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Gabinete do Deputado Carlos Avallone. **Mulheres na política já!**. Cuiabá, 2021. Disponível em:<https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/mulheres-na-politica-ja/visualizar>. Acesso em: 11 de abril de 2023.

\_\_\_\_\_. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Mulher na política, essa luta é sua**. Minas Gerais, 2004. Disponível em:

[https://www.almg.gov.br/consulte/publicacoes\\_assembleia/cartilhas\\_manuais/arquivos/mulher\\_na\\_politica.html](https://www.almg.gov.br/consulte/publicacoes_assembleia/cartilhas_manuais/arquivos/mulher_na_politica.html). Acesso em: 11 de abril de 2023.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015. Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina.** Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/leis-ordinarias/lei-no-13-165-de-29-de-setembro-de-2015>. Acesso em: 04 de abril de 2023.

\_\_\_\_\_. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições 2020: conheça as funções do vereador.** Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Julho/eleicoes-2020-conheca-as-funcoes-do-vereador>. Acesso em: 15 de maio de 2023.

DANTAS, Ana Cecília de Moraes e Silva. **O segundo sexo da política: o papel do Direito na inclusão das mulheres na democracia brasileira.** Maceió: EDUFAL, 2011. P.42.

HAJE, Lara. **Mulheres representam 16% dos vereadores eleitos no país.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/708248-mulheres-representam-16-dos-vereadores-eleitos-no-pais/>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

IPU. **Women in Politics: 2021.** Disponível em: [file:///C:/Users/Aluno%20Lab/Downloads/IPU\\_WomenInPolitics\\_2021\\_SP\\_V2.pdf](file:///C:/Users/Aluno%20Lab/Downloads/IPU_WomenInPolitics_2021_SP_V2.pdf). Acesso em: 16 de abril de 2023.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E.M. **Metodologia científica.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011. MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil.** 2ª Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. p. 137.

MATOS, Beatriz Pereira de; CARVALHO, Érica Rios de. **A sub-representação feminina na Câmara federal (1991-2019): uma discussão sobre a efetividade do princípio da igualdade.** p.3.

MIGUEL, L. F. **Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação.**

Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 91-102, 2000.

**Representação feminina na política.** Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2020. Acesso em: 13 de março de 2023. Disponível em: < <https://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/representacao-feminina-final.pdf> >.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** 2<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Autores Associados, 1986.

VIVIAM, L. et.al. **Abordagem sobre a metodologia da pesquisa científica nas redes sociais: relato de uma experiência extensionista.** Expressa Extensão. v. 26, n. 1, p. 483-492, JAN-ABR, 2021.